

Ilustres convidados  
Camaradas e amigos  
Minhas Senhoras e meus Senhores

Ainda na qualidade de Presidente da Direcção da Associação Nacional de Sargentos começo por agradecer a amabilidade da vossa presença, que tanto nos honra e enaltece, nesta cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da Associação Nacional de Sargentos, democraticamente eleitos para o biénio 2019/2020. Deixo também um agradecimento especial à Direcção da Casa do Alentejo por uma vez mais, terem a amabilidade de nos acolher. Solicito que seja transmitido o nosso profundo agradecimento a todo o pessoal envolvido para permitir esta nossa cerimónia.

Muito obrigado a todos.

A tomada de posse dos novos órgãos sociais da Associação Nacional de Sargentos que hoje presenciamos, coincide com o trigésimo aniversário da nossa associação. Trinta anos depois da sua fundação, que muitos apelidaram de “um grupo de aventureiros que não dura seis meses...”, sinto-me na obrigação de homenagear a coragem e resiliência de todos os Camaradas que fizeram parte da história da ANS assumindo, de forma totalmente altruísta e desinteressada, a defesa intransigente dos direitos dos Sargentos e das suas famílias e da Condição Militar.

Sinto-me profundamente honrado por me ter sido permitido fazer parte da longa e rica história da nossa associação.

Há dois anos atrás, na cerimónia em que tomei posse como Presidente da Direcção, o meu antecessor, amigo e Camarada SMOR José Gonçalves, demonstrou a sua profunda tristeza por termos sido alvo de um dos maiores ataques à Classe de Sargentos, designadamente no que respeita ao retrocesso funcional de entrada nos Quadros Permanentes no posto de Furriel/Sub-Sargento.

Meu Camarada, a feroz luta que iniciaste para reverter aquela absurda e inqualificável situação foi continuada e deu frutos neste mandato. A vitória foi nossa, dos Sargentos! O teu empenhamento e esforço foram ânimo e exemplo para os que se seguiram e a prova inequívoca de que, por muito difíceis que sejam os caminhos que nos impõem, estaremos sempre unidos e prontos para lhes fazer frente e para lutar, com todas as nossas forças, pela justiça e igualdade de direitos em que acreditamos e das quais não abdicamos nunca. Obrigado Camarada.

O longo caminho que percorremos até aqui foi recheado de dificuldades, de duros e permanentes combates, caracterizados pela desigualdade das forças envolvidas, mas também por muitas vitórias que, mesmo parecendo pequenas, permitiram que os Sargentos das Forças Armadas tenham hoje um merecido reconhecimento das suas capacidades pessoais e profissionais, embora ainda longe do que almejamos e que seria de inteira justiça reconhecer.

Apesar destes trinta anos de luta ininterrupta e de plena confirmação de que somos parte importante na resolução dos problemas socioprofissionais dos Sargentos e em que alcançámos um indiscutível estatuto de reconhecimento nacional e internacional, continuamos a enfrentar os fantasmas que alimentam as mentes dos que dizem não nos reconhecer como parceiros de direito e que insistem em não cumprir integralmente as Leis da República Portuguesa.

Aos Camaradas que ainda têm dúvidas da necessidade da nossa existência porque fazemos parte de uma estrutura altamente hierarquizada, permitam-me que lhes recorde parte do texto que constava do artigo 2.º do Regulamento de Disciplina Militar aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 142/77, de 9 de Abril, entretanto revogado pela “delirante” reforma legislativa militar efectuada pelo governo do Partido Socialista entre 2005 e 2009 e aprofundada pelo Governo PSD/CDS entre 2010 e 2015:

RDM

ARTIGO 2.º

*(Bases da disciplina)*

*1. Todo o militar deve compenetrar-se de que a disciplina, sendo condição de êxito da missão a cumprir, se consolida e avigora pela consciência dessa missão, pela observância das normas de justiça e do cumprimento exacto dos deveres, pelo respeito dos direitos de todos, pela competência e correcção de proceder, resultantes do civismo e patriotismo que leva à aceitação natural da hierarquia e da autoridade e ao sacrifício dos interesses individuais em favor do interesse colectivo.*

*2. Os chefes, principalmente, e em geral todos os superiores, não devem esquecer, em caso algum, que a atenção dos seus subordinados está sempre fixa sobre os seus actos e que, por isso, a sua competência, a sua conduta irrepreensível, firme mas humana, utilizando e incentivando o diálogo e o esclarecimento, sempre que conveniente e possível, são meios seguros de manter a disciplina. [...].*

*3. O superior, nas suas relações com os inferiores, procurará ser para eles exemplo e guia, estabelecendo a estima recíproca, [...].*

*Tem ainda por dever curar dos interesses dos seus subordinados, respeitar a sua dignidade, ajudá-los com os seus conselhos e ter para com eles as atenções devidas, [...].*

*4. Aos superiores cumpre instruir e exercitar os inferiores que sirvam sob as suas ordens no conhecimento da legislação em vigor. São responsáveis pelas ordens que derem, as quais devem ser em conformidade com as leis e regulamentos, e, nos casos omissos ou extraordinários, fundadas na melhor razão. [...].*

Belo artigo era este que definia claramente o Dever de Tutela e obrigava os chefes a zelarem pelo bem-estar profissional e familiar dos seus subordinados.

Infelizmente, aquele dever “morreu” há muito tempo. Desde que os Chefes Militares passaram a ser escolhidos pelo poder político em exercício em cada momento, o Dever de Tutela dos Chefes foi integralmente substituído por uma “*profunda lealdade institucional para com os decisores políticos*”.

Torna-se assim legítimo questionar quem defende os Militares em matérias de estatuto profissional, remuneratório e social, quando um Chefe Militar, nos dias de hoje, não tem autoridade nem autonomia para promover um Soldado a Cabo? Estando para o efeito preso à vontade soberana do poder político e dependente da assinatura de um despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças, o que nos leva à questão: Afinal quem Comanda as Forças Armadas?

Trinta anos passados da fundação da ANS, estamos hoje confrontados com a necessidade imperiosa e urgente de discutir e implementar novos cenários de representação institucional e jurídica dos Sargentos, garantindo-lhes dessa forma que poderão continuar inteiramente focados no desempenho das suas missões sem estarem preocupados com a defesa dos seus direitos pessoais e familiares.

A missão que terá de ser desempenhada pelos Camaradas dos novos órgãos sociais, será certamente muito exigente, como sempre tem sido até hoje. Estou plenamente convicto que estes Camaradas possuem uma inabalável vontade e determinação para continuarem a lutar

pela dignificação da nossa classe e a pugnar para que se cumpra integralmente a lei do associativismo socioprofissional militar.

A todos vós endereço os mais profundos agradecimentos pela vossa coragem e altruísmo e o desejo que encontrem sempre a força necessária para enfrentar um mandato que será seguramente exigente e preenchido com muita luta para recuperação de direitos e para alcançar a dignidade e o reconhecimento que são devidos aos Sargentos.

Viva a Associação Nacional de Sargentos!  
Casa do Alentejo, 09 de Março de 2019  
Mário Ramos